



EDITORIAL

O MOVIMENTO E A RESISTÊNCIA, EM TEMPOS “NOVOS” ...

“(...) uma revolução *social* encontra-se na perspectiva do *todo* – mesmo que ocorra em *um único* distrito fabril – por ser um protesto do ser humano contra a vida desumanizada, por partir da *perspectiva* de *cada* indivíduo real, porque a *comunidade* contra cujo isolamento em relação a si o indivíduo se insurge é a *verdadeira* comunidade dos humanos, a saber, a condição *humana*. Em contrapartida, a *alma política* de uma revolução consiste na *tendência* das classes sem influência política de eliminar seu *isolamento* em relação ao *sistema estatal* e ao *governo*. Sua perspectiva é a do Estado, a de um *todo abstrato*, que somente ganha existência pelo isolamento em relação à vida real, que é *impensável* sem a contraposição organizada entre ideia universal e existência individual do ser humano.” (MARX)¹

O presente número que *Trabalho&Educação* aparece num momento importante para a vida acadêmica brasileira, no que diz respeito à formação, produção e reverberação que se dá em instituições federais e estaduais.

A emergência de uma movimentação social, à qual a capa que ilustra a primeira edição de nossa revista alude imagetivamente carrega consigo mais de um sentido objetivamente positivo e um punhado não desprezível também de desafios difíceis de lidar. Mas, independentemente de seu desfecho em termos de obtenção de ganhos imediatos por meio de pressão e negociação, pode ser julgado como especialmente vitorioso. O que não significa, por suposto, que aqueles sejam desimportantes ou negligenciáveis. O que será um pouco mais à frente desdobrado sumariamente de modo analítico.

Após mais de uma década, finalmente, tornou-se possível retomar a tradição de lutas reivindicatórias docentes, empuxadas, evidentemente, pelas pautas de recomposição salarial de remuneração, cuja grandeza monetária foi dramaticamente depauperada pelos anos que se seguiram às manobras golpistas de 2015-2016.

A reposição de valor frente às perdas verificadas nos anos Temer-Bolsonaro é demanda mais que imprescindível, uma questão vital, não obstante, não seja a única. A vida das instituições públicas vinculadas à tríade *ensino-pesquisa-extensão* vem conhecendo também, mesmo de pouco antes do festival de bestialidade de abril de 2016, um processo de retração no financiamento de suas atividades. O que se tornou verdadeiro estrangulamento orçamentário, midiaticamente apoiado, politicamente sustentado e

¹ Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. In Marx, K.; Engels, F. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 50-51.

administrativamente perpetrado de maneira incontrastável e inegável, a partir daquele momento. Nesse sentido, a luta docente, conjuntamente a das carreiras técnico-administrativa em educação e do corpo docente, é carecimento urgente e posicionamento necessariamente dedutível da situação em que seu locus profissional se encontra. Ademais, possuí, igualmente, por todo esse quadro, legitimidade cuja evidência é acachapante.

Uma virtude que, certamente, é lhe inerente e imanente. Contudo, em igual medida, não é por si só suficiente para afirmar as diversas dimensões que constituem a luta e, principalmente, podem ser o patamar de partida para mobilizações ainda mais enérgicas a que o porvir acadêmico recente brasileiro aponta.

Nesse sentido, uma das positivities é sua ocorrência após um passado recentíssimo de refluxo de iniciativas de confrontação reivindicatória docente. Esse recolhimento anterior, bom que se frise, nada tem a ver com a concordância para com os rumos negativos e destrutivos dos quase 8 anos que nos distam do malfadado agrilhoamento orçamentário. Menos ainda com algum assentimento para o festival de obscenas sandices do desgoverno de extrema-direita findo, não sem altos custos políticos, em 2022.

Tratou-se, ao reverso, muito mais do impacto das derrotas seguidamente sofridas no decurso imediatamente anterior, mescladas com a desorientação um tanto comum um tanto circunstancial das forças do espectro “das esquerdas” e, por fim, também do ambiente de desolação existencial e social engendrado pela COVID19 e suas resultantes diretas e mediadas. É igualmente decisivo recuperar que entre 2019 e 2020, tentou-se, sem lograr sucesso, alguma resistência frente, por exemplo, ao processo de completação da destituição das salvaguardas sociais às *personæ* do trabalho, promovidas com ainda mais perdas de “direitos” e a aprovação de outra, de tantas que a precederam e quantas a sucederão, “reforma” do ordenamento constitucional das aposentadorias. Por isso, aquele período teve como sua peculiaridade a preponderância da resistência, em diversas frentes, daquela atinente ao resguardo de algumas condições objetivas até a da defesa crítico-reflexiva do posicionamento científico como baliza para as decisões, passando pela incontestante carência de sobreviver fisicamente ao alastramento da moléstia.

A possibilidade do movimento, ainda curso quando se elabora a presente apresentação, dar-se exatamente quando se dá a recuperação minimamente burguesa do exercício da dominação política não é, por conseguinte, fortuita ou casual. Ao contrário do que cogita a consciência política ingênua que se quer “revolucionária”, a (re)emergência de movimentações sociais não é um produto da indignação de um baixo-ventre vazio ou da pressão do crânio exercida pelo coturno. Muitos, por certo, levados pela esperança depositada na mera reação da epiderme, supuseram que experimentar a instalação da infâmia miliciana de calão (o que é quase uma redundância) encaminharia na direção de um “levante de massas”. O que não veio a ocorrer. A sobrevivência daquela monstruosidade obtusa se sustentou tanto por conta quanto apesar de sua feição abjeta e insidiosa. Assim, sua “superação” acabou por dar-se, sem arrebatamentos, sequer policiais, quanto mais políticos, por via eleitoral

Nesse processo, deu-se algo próximo ao vaticinado, em editorial aqui publicado, na sequência dos resultados eleitorais de 2022. Sob o poder um arranjo institucional, cujo feito é tributário de diversos vetores históricos de peso relativo igualmente diferente, um executivo federal demarcado pela recuperação do mando burguês minimamente

“normal”. Enfraquecido demasiado em suas pretensões de retomar alguma coisa da “socialdemocracia à brasileira”, na medida em que se vê constrangido a aceitar como cláusula pétrea silenciosa (*ma non troppo*) o tomar todas as heranças engessadoras de investimento público como pressuposição a quaisquer encaminhamentos. Essas são apresentadas como conquistas pátrias pelas classes dominantes internacionalmente subordinadas, por meio de seus sequazes e loquazes eunucos discursivos, travestidos de jornalistas e analistas de plantão.

Adensado esse cenário desfavorável por uma outra abominação, de caráter político: a composição de nível preponderantemente vilanesco do congresso nacional. Desse modo, a situação do executivo do capital atrofico se torna ainda mais instável e suscetível de derrotas dada a recalcitrância com que esse tipo de lúmpen legislativo exerce sua potência real. Tal paisagem torna bem mais gravoso e complicado o controle de caminhos (e descaminhos) do aglutinado heterônimo de governança que se teve de formular em função das notas promissórias do segundo turno.

De tudo rascunhado, deriva-se a realidade de um executivo emparedado entre murados em constante deslocamento para o meio do recinto no qual se encontra Lula. De um lado, o compromisso administrativo feito em troca da eleição com os credores de qualquer governabilidade atual no Brasil. Representados pela presença de um gestor cuja função é dar continuidade à rentabilidade sem risco do capital fictício na forma da administração do Banco Central, tornado sem escamoteios um mero balcão de finanças e *off-shores*. De outro lado, a contínua e desavergonhada chantagem da patuleia instalada nas tigelas arquitetônicas de Brasília. Cujo simbolismo de ora tomar/receber e esconder/escafeder acaba sendo perfeitamente consoante ao comportamento esperado de não menos de 75% daqueles que ocupam seus gabinetes e plenários.

Delimitado por essa circunscrição política nova, mas não necessariamente inédita, abundam também do outro lado ponderações acerca de uma suposta não pertinência de que reclames, embora “justos”. Porquanto possam esses vir a ser apropriados pela extrema-direita, caso venham a confrontar politicamente os andamentos do atual governo de aglutinação burguesa.

Ora, a extrema-direita sempre irá intentar se assenhorar, com vistas à usurpação político-partidária, de todo e qualquer movimento que exija melhorias reais de vida. Ao espectro da direita – todo ele – o limite será sempre o politicismo raso. Cabe, ao nosso lado, a representação da produção efetiva de humanidade, embora nos contornos do estranhamento, não se entregar à sanha politicista que pode nos soçobrar em desmobilização. *Nota bene*, tanto de um lado, quanto de outro. Pois, toda convocação à batalha do trabalho será inevitavelmente de caráter negativo ao status quo e de suas mediações características, o terreno do político; ou não será! Toda greve nesse sentido “é política”, porque se moverá de encontro às esferas de poder. Uma verdade abstrata tão universal, quanto, ao mesmo tempo limitada!

O desconcertante aqui, que beira ao paradoxo, é o fato de que ter *um lado* político não pode reduzir aquela deflagração ao mero *fazer política*. Para nós, a política é de maneira simultânea inessencial e necessária. É um tipo de necessidade externa, visto que a meta universal é simplesmente dar voz ao mandato da autorrealização das possibilidades humanas de construção de todos por todos e para cada um. Não é um telos possível de posição completa no contexto da propriedade privada. Por isso, a confrontação política acaba sendo a via que se pode usar nessa configuração restritiva e opositiva da interatividade social. Trata-se assim de um traço cuja vigência desconcerta de modo

inevitável o movimento de reivindicação. Nesse sentido, o teor político da contraposição precisa ser vivenciado de modo a não soçobrar numa vinculação imediata a demandas político-partidárias. Deve, antes, servir-se de maneira a mais vampiresca exequível de todas as mediações políticas à disposição. Porque, uma vez que não o faça, tais mediações, por mais “revolucionárias” que se apresentem, portando inclusive bons diagnósticos e propostas, irá necessariamente vampirizar a energia da greve, dragá-la mesmo que involuntariamente para sua sobrevivência como dispositivo. O dispositivo partidário, ao fim e ao cabo, será obrigado, por sua própria natureza, a ver numa paralisação apenas a oportunidade de engordar seus quadros. Não se descreve assim um defeito desse ou daquele grêmio partidário e sim uma adstrição inerente à politicidade como tal.

Ergo, o posicionamento grevista conquanto tenha uma máscara operativa política não pode deixar que essa se torne a mortalha de seu rosto. A finalidade da greve não é, senão por acidente, afetar “a sociedade”, assim como um médico não cura “o homem” senão por serem Pedro e Maria também homens. E isso não deve ser tomado restritivamente, moralmente, como afirmação de “corporativismo”. Não é o movimento de trabalhadores que é corporativista, e sim a bela “a sociedade”, *por-si, em-si e, na hora da onça beber água, correspondentemente para-si*, que se organiza corporativamente, em classes sociais, e tantas frações porquanto se complexifique nela a produção de mais-valor. Toda greve por menor que seja porta (que se frise) *virtualmente* um teor que a supera, sendo potencialmente carregada pelo futuro. Não é o “interesse social” *tout court* o referenciado aqui, ao menos não na forma abstrata de uma totalidade indiferenciada. *Só irá ao encontro* de algum interesse social real na medida que se vá *de encontro* aos interesses antagônicos dessa sociedade.

Deveras pesado isso tudo(!), poderá pensar-se... E, com efeito se pensa certo. É o peso de lidar com os estranhamentos deste lado de cá da divisão social da produção. Principalmente quando se vê obrigado a fazê-lo na mesquinha sociedade do capitalismo atrofico na época da mundialização financeira do capital.

A greve na educação surge de forma curiosa, mas não paradoxalmente, de todo esse decurso de governo, simultaneamente de modo proposital e circunstancial. Nela se nos levantamos em resposta à tentativa de reencetar alguma normalidade de relações de feito “republicano”. Um quinhão pessoal ligado da atual principal figura do “poder” de executar, imediatas virtude e fraqueza de sua individualidade. Isso faz, de uma parte, com que se possa ao menos esbravejar sem que se tema uma simples reação de horda como resposta. Mas, de outra, também produz um teatro no qual vige a deixa das “gavetas vazias”, aqui rediviva pela ficção orçamentária de “déficit zero”. O que tende a tornar a negociação mesma quase uma navegação pelo lodaçal. Dessa maneira, a reafirmação contumaz de inexistência de espaço orçamentário, para módicas migalhas que sejam frente à inflação de um ano, é a única ladainha disponível ao governo. Reconheça-se, entretanto, que, distintamente do que sucedeu em greves como, *exempli gratia*, a de 26 anos atrás, ao menos se conservou no ano de 2023 a bobéia já embutida no orçamento federal. Afora, conseguiu-se no atual confronto trabalhista acenos bem consolidados para 2025 e 2026. Esses últimos, aliás, precisam ser garantidos de terem sua vigência na data o quanto antes.

A esse respeito, é importante que os docentes entendamos do que se disputa e processa num movimento grevista. De fato, não existe receita para a luta social, nem a experiência por si constitui um paradigma de atuação. No entanto, é saudável perceber certos traços

gerais que se fixaram e se impuseram como exigências e resultantes comuns no curso da história de vitórias contingenciais e derrotas necessárias.

Primeiramente, o que a *démarche* mesma da provocação acima consigna: uma deflagração reivindicatória da força de trabalho será sempre universal em sua alma, mas restrita em seus movimentos; bem como ampla em suas pautas e modesta em seus resultados imediatos. Nesse sentido, é de bom alvitre negociar-se sempre algo mais que a pauta de arranque do próprio movimento. Sim, apesar de triste, é por demais óbvio que o lado menos poderoso cederá um terreno maior em relação ao lote de suas demandas. Assim, em se tratando da homilia em torno do Cálice do orçamento, é mandatório ter cartas na manga que possam ser apresentadas de chofre ao oponente. Não bastam, nunca bastaram nem bastarão, contrapropostas previamente encaminhadas... No caso atual, é mister que se tenha, mesmo que em hachuras, opções de que se lance mão *hic et nunc* e, de preferência, de cálculo não muito complexo. Proceder dirigido ao mesmo tempo a não espantar os representantes do sumo-sacerdote de plantão no templo da Fazenda e não lhes fornecer pretextos de procrastinação. Pois é exatamente a isso que se resume sua maestria de emulação de patrão.

Em segundo lugar, mas não menos melindroso é a questão do tempo social da greve. Essa variável essencialmente atada à finitude objetiva de tudo que, de algum jeito, é, e da qual, a atuação humana não tem também como escapar. Nessa temporalidade, evidencia-se forçosamente que abrir o movimento é tão fácil quanto o é difícil seja suspendê-lo seja encerrá-lo. Determinado pelo ponto comentado logo acima, o tempo de que se pode dispor para estar efetivamente *em movimento* é um determinante dramático, em particular, considerando-se o contexto sociopolítico coetâneo no qual se padece, e se padecerá, a luta docente brasileira. Greves que “passam do ponto” se arriscam a desvanecer sem se encerrar. É esperado que as perspectivas reais de se estar em movimento se minguem na proporção mesma em que a mera força inercial do oponente vá se exercendo na entropia da negociação. Essa potência de mero empuxo é sustentada por mordanças e cordas legiferantes na qual se encontra atado o executivo, as quais são manejadas de modo masoquista pelo “mestre” de cerimônias do legislativo. Daí ser tarefa sagrada impedir que a greve simplesmente se esvaia por conta da deserção de desamparo dos seus sujeitos reais. Por isso, obter-se algo por menor que seja, num tempo o menor possível, para 2024, ou propor a suspensão da greve como sucedâneo de seu encerramento total é a escolha a que o movimento atual será necessariamente impelido. Quem se encontra à testa dele terá necessariamente de arcar com esse ato de optar, nada fácil por certo, mas inescapável por definição de seu encargo representativo.

Por conseguinte, urge que a potência conquistada do *ter-se levantado* não seja descuidadamente entregue aos tropeções inevitáveis de maneira a transformá-los em pretextos de queda. Nem que seja com o fito de conservar a destreza retomada para se erguer, é indispensável não permitir que Cronos imponha sua pujança, coisa apenas perigosamente modorral, àquela de tipo prometeica que deve caracterizar uma greve. Aqui também o destino do titã não é mera figuração poética...

De todo modo, o que se pode divisar no horizonte temporal dos próximos anos já deixa antever que será novamente necessário darás as caras. Por isso, repita-se, não deixemos perder o impulso conquistado. Os credores eleitoreiros nunca deixarão por menos e, nas idas e vindas das altas marolas que o arremedo de governo defrontará, no fim, nunca se hesitará cortar mais um naco de carne de quem produz. A tarefa é

hercúlea, mas incontornável, a não ser se aceitando de bom grado os desígnios do *Moros* financista para a academia brasileira. Caso assim nos suceda, teremos por dístico apenas os tragicômicos versos de um genial sambista paulistano. Não conseguiremos mais que "ir pra rua assistir a demolição", cantando "saudososa maloca, maloca querida...".

É com a proposta de transformar, modular e conservar – sempre *em movimento* – as energias sociais de luta pela educação, que *Trabalho&Educação* traz à leitura das pessoas interessadas um conjunto de artigos e apresentações de pesquisa. A batalha tem de ser qualificada criticamente como uma exigência sempiterna apresentada ao aperfeiçoamento da formação humana dos indivíduos. Algo que se perfaz por um duplo consolidado do fazer e do fazer-se. Dois lados da mesma chave que se complementam em suas distinções: a produção do conhecimento exposta num discurso conceitual rigoroso e a memória da própria labuta educativa com seus momentos de combate. Nesse sentido, o presente número também brinda a todos com uma entrevista com a Professora Antônia Vitória Soares Aranha, na qual refazendo seu percurso, assinala igualmente questões centrais que definem o campo de estudos e pesquisas *trabalho e educação*. Por meio dessa entrevista, iniciamos o ciclo de comemorações dos 30 anos de construção desse espaço de investigações e debates na UFMG.

Antônio José Lopes Alves²

² Professor do Colégio Técnico e do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE), ambos da UFMG. Doutor (UNICAMP) e Mestre (UFMG) em Filosofia. Membro do Grupo de Pesquisa Marxoogia: Filosofia e Estudos Confluentes. Membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. E-mail: filosofiafosfae@gmail.com